

# Governo terá novas agências reguladoras

Quatro órgãos vão fiscalizar os setores de transporte aéreo e rodoviário, saúde e Previdência Social

Roberto Cordeiro e James Allen

• BRASÍLIA. O Governo federal deve criar este ano quatro novas agências encarregadas de regular e fiscalizar os setores de transportes aéreo e rodoviário, de saúde e de previdência privada. Na prática, estas agências terão poderes para defender os interesses dos consumidores e seguirão o mesmo modelo das três agências já em funcionamento — Anatel (telecomunicações), Aneel (energia elétrica) e ANP (petróleo).

Para isso, o presidente Fernando Henrique Cardoso, neste segundo mandato, deverá encaminhar ao Congresso Nacional os projetos de lei complementar com a estrutura desses quatro órgãos reguladores. Os diretores teriam mandatos fixos e, indicados pelo presidente, passariam pela aprovação do Senado.

O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, disse que envia este mês ao presidente os estudos elaborados pela consultoria Booz&Allen sobre a nova agência

para o setor de transportes. Ele acredita que, já no primeiro trimestre, a Câmara possa iniciar a análise da proposta da Agência Nacional de Transportes (ANT).

No entanto, há resistência do PMDB, pois a autarquia esvaziaria o poder do partido, influente no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

— O trabalho dos consultores já está na fase final. Pretendo enviá-lo ao presidente Fernando Henrique o mais brevemente possível — disse Padilha.

A agência para o setor de transporte já deveria ter sido criada, mas encontrou também resistência no setor militar, que critica a criação de um único órgão regulador para fiscalizar os transportes rodoviário, ferroviário, aéreo e aquaviário de todo o país.

No Projeto de Lei Complementar que trata da organização das Forças Armadas, o Governo federal estabelece que cabe aos comandos da Aeronáutica e da Marinha cuidar da fiscalização dos transportes aéreo e aquaviário.

Nesta queda de braço, decidiu-se temporariamente pela instituição da Agência Nacional de Transportes e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). No entanto, dentro do Governo há quem aposte que, aprovada a criação do Ministério da Defesa, sob o comando do senador capixaba Elcio Álvares (PFL), o projeto original poderá ser retomado. Desta forma, o Governo enviaria o projeto englobando estes segmentos numa mesma agência de regulamentação. ■